

REDE CRIANÇA BARUERI

1. Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do programa, projeto ou prática, por ordem de prioridade.

O Projeto Rede Criança Barueri é desenvolvido desde o final de 2002 com recursos da Fundação Telefônica e tem como objetivo principal articular todas as entidades governamentais e não governamentais numa rede de atenção integral às crianças e adolescentes do município. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA todas as crianças e adolescentes tem direito à proteção integral. A Proteção Integral é a garantia, com absoluta prioridade, da efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

As metas mais importantes do projeto são:

- 1 – Formação de uma Rede de Proteção Integral interligando todas as entidades governamentais e não governamentais que atuam na área de crianças e adolescentes;
- 2 – Desenvolver um sistema para diagnóstico contínuo da situação das crianças e adolescentes do município através do Sistema Diagnóstico da Proteção Integral;
- 3 – Desenvolver uma rede on-line que através das ferramentas da tecnologia da informação que interligue os diferentes atores da rede, permitindo a comunicação entre as entidades e a sociedade.

2. Descreva o funcionamento do programa, projeto ou prática e aponte qual(is) a(s) sua(s) frente(s) de atuação.

Para atingir seu objetivo e efetivar a proteção integral o Projeto Rede Criança mantém três grandes linhas de ação:

- mobilização permanente para **planejar e agir conjuntamente** através da tomada de decisões de forma participativa e consensuadas – o que é realizado através da realização de seminários, encontros, oficinas e reuniões com toda a rede e também com a atuação do Comitê Gestor da Rede Criança Barueri que se reúne semanalmente;
- criação e manutenção do **Sistema Diagnóstico da Proteção Integral** – que avalia a situação da criança e do adolescente em cada bairro da cidade, através do cálculo de indicadores e índices baseados no ECA;

- montagem e manutenção de um **sistema on-line**: www.redecrianca.barueri.sp.gov.br; para permitir a divulgação, a troca de informações e a modernização do funcionamento de todos os envolvidos.

3. O programa, projeto ou prática faz parte de uma iniciativa, programa ou política mais abrangente (da mesma ou de outra esfera de governo)? Em caso afirmativo, descreva como se dá esta ligação.

De acordo com o ECA o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA tem como principal função fazer com que o ECA seja aplicado no município. O próprio ECA recomenda que isto se faça através da articulação entre as atividades governamentais e não governamentais. Assim, o Projeto Rede Criança Barueri faz parte de uma estratégia de aprimoramento e ampliação e aprofundamento da atuação do CMDCA-Barueri.

4. Identifique o público-alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Qual é a proporção de homens e de mulheres beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do programa, projeto ou prática?

De acordo com o ECA, todas as crianças e adolescentes do município tem direito à Proteção Integral, assim o público beneficiário do projeto é toda a população na faixa etária de 0 a 18 anos. Para 2005 a população estimada nesta faixa etária segundo dados do IBGE é de 99.935, o que corresponde a 39 % da população total da cidade. São estimados 50.113 de crianças e adolescentes do sexo masculino e 49.822 de crianças e adolescentes do sexo feminino.

5. Qual é o gasto orçamentário anual do programa, projeto ou prática? Quais as fontes de recursos financeiros (locais, estaduais, federais; de fontes privadas, de ONGs, de agências multilaterais)? Que percentual dos recursos financeiros anuais é derivado de cada uma dessas fontes? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo (estadual, municipal etc.), a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo programa, projeto ou prática?

O Projeto é Financiado através de um convênio firmado entre a Fundação Telefônica e a Prefeitura Municipal de Barueri. Os recursos são depositados no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes de Barueri. No segundo ano o projeto foi orçado em R\$ 400.000,00, sendo R\$ 140.000,00 a contribuição da Fundação Telefônica e o restante contra-partida da Prefeitura.

6. Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou prática? Quantos homens e quantas mulheres realizam funções de direção (ou de tomada de decisões) e quantos realizam funções de execução?

O Comitê Gestor é formado por cinco pessoas sendo dois homens e três mulheres. Algumas funções de execução são executadas pelo próprio Comitê. As funções administrativas são realizadas com apoio da Prefeitura e para as questões técnicas foi contratada uma consultoria.

7. Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem e de que modo suas ações individuais são coordenadas.

Estão envolvidas dezessete organizações não governamentais, quatro Secretarias (Ações Sociais e Cidadania, Saúde, Educação, Cultura), polícias civil e militar, CMDCA, Conselho Tutelar. Todas são envolvidas no planejamento e tomada de decisões na área de criança e adolescência.

8. Se seu programa, projeto ou prática envolve a participação da comunidade e do público-alvo, descreva como esta participação se concretiza (explique os mecanismos de participação).

Neste momento o Projeto não envolve a participação direta do público-alvo e da comunidade.

9. Quando e como foi originariamente concebido o programa, projeto ou prática? Quais os principais participantes governamentais e não-governamentais neste processo? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Qual(is) ?

O Projeto foi concebido no segundo semestre de 2002 quando a Fundação Telefônica lançou um edital de financiamento para projetos de Redes. Nesta ocasião o CMDCA como já tinha um interesse na questão organizou-se para concorrer ao recurso e foi selecionado. Não houve inspiração em iniciativas anteriores mas desejo de aumentar a sinergia e articulação do Conselho.

10. Identifique as etapas-chave de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que mudanças ocorreram desde o início de operação do programa, projeto ou prática? Por que ocorreram?

Num primeiro momento foi realizada uma **capacitação** envolvendo todas as entidades envolvidas na formação da Rede. Foram três meses de encontros periódicos onde além de discussão e

apreensão dos conteúdos, iniciou-se o processo de articulação, participação, troca de informações, compartilhamento de poder. Diante da dificuldade em manter os encontros com todas as entidades participantes da Rede e para agilizar a implementação das decisões coletivas ao final do processo de capacitação foi eleito um **Comitê Gestor** formado por membros de organizações governamentais e não governamentais. Este funcionamento vem sendo mantido e a Rede tem realizado vários seminários e encontros temáticos.

11. Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem?

Desenvolver a atuação em rede é um grande desafio. A estrutura piramidal, hierarquizada é amaneira mais comum e usual de organizar processos e pessoas. Compartilhar poder, conviver harmonicamente com diferenças, conciliar interesse, desenvolver consensos, não são tarefas simples mas processos contínuos e exigentes.

12. Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do programa, projeto ou prática? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do programa, projeto ou prática.

Por tratar-se de processo de mudança cultural: compreensão e aplicação da proteção integral em oposição às práticas e concepções do código dos menores que criminalizava a infância, os resultados do Projeto só são visíveis a médio e longo prazo. No entanto várias mudanças qualitativas podem ser percebidas:

- aumento na disseminação do conceito de Proteção Integral;
- qualificação do trabalho das ONGs que passaram a se orientar pelo Diagnóstico;
- definição de áreas críticas para atuação;
- aumento na informatização das ONGs com disponibilização de equipamentos e capacitação;
- planejamento do Conselho de Direitos realizado de forma participativa e abrangente, envolvendo todas as entidades integrantes da Rede;
- aumento das contribuições ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD.

13. Qual é a mais importante conquista de seu programa, projeto ou prática até o momento (cite apenas uma; aquela que, na sua opinião, é a mais importante)?

A formulação e apresentação do Sistema Diagnóstico da Proteção Integral.

14. Em que aspectos seu programa, projeto ou prática inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.

Adotar o funcionamento em Rede já é por si só uma grande inovação, porém a maior inovação produzida pela Rede Criança é o desenvolvimento do Sistema Diagnóstico da Proteção Integral. Trata-se de uma metodologia inédita que nasceu de uma preocupação fundamental em construir uma forma para medir e acompanhar continuamente a Proteção Integral das crianças e adolescentes de Barueri. O Sistema é permanente e renovável, periodicamente novos dados serão inseridos para manter sempre atualizadas as informações e permitir comparações ao longo do tempo. Seu caráter é intra-urbano, isto é, compara entre si os diferentes bairros da cidade e geoprocessado, ou seja, os dados são apresentados em mapas da cidade.

15. Mesmo que seu programa, projeto ou prática não focalize especificamente a questão da pobreza, como você avalia seu impacto sobre esta questão?

A Proteção Integral é um direito de todas as crianças e adolescentes, porém sabemos que as crianças em condição de exclusão social são mais vulneráveis à violação de seus direitos. Ao dedicar-se a aprofundar a aplicação da proteção integral no município estas crianças e adolescentes serão bastantes beneficiados, pois as políticas públicas voltadas a este público vão poder aplicar melhor a proteção especial cabível às crianças e adolescentes nesta situação.

16. Qual o impacto do programa, projeto ou prática sobre a cidadania?. (Mencione aqui aspectos relativos à cidadania que eventualmente não tenham sido mencionados. Inclua aqui também questões relativas a gênero, raça ou etnia).

ECA: "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. "

O ECA surge para dar materialidade à Teoria da Proteção Integral e assim todas as crianças e adolescentes passaram a ser considerados como sujeitos de direitos, o que significa não serem mais tratados como objetos passivos da intervenção da família, da sociedade e do Estado.

A palavra direito significa que criança e adolescentes deixam de ser vistos como portadores de necessidades e carências, para serem reconhecidos como sujeitos de direitos exigíveis com base nas leis.

Ser sujeito de direitos significa que as crianças e adolescentes, passam a ser considerados em sua dignidade de pessoa humana na medida que lhes são reconhecidos e assegurados os direitos fundamentais: à vida , à educação, à saúde, ao lazer, à convivência familiar, à dignidade etc., cabendo a todos – família, Estado e Sociedade – o dever de garantir estes direitos, com absoluta prioridade (conforme o Artigo 227 da Constituição Federal).

Estes conceitos significaram e significam até hoje, uma verdadeira revolução nas práticas relacionadas às crianças e adolescentes: abandonar a idéia de crianças e adolescentes como possíveis menores infratores para considerá-los como mercedores de direitos próprios e especiais que, em razão de sua condição específica de pessoas em desenvolvimento, precisam de uma proteção especializada, diferenciada e integral; sair de uma visão parcial sobre a infância problemática para a visão universal dos direitos de todas as crianças e adolescentes, sair de uma prática punitiva para a prática da proteção.

Com a criação do ECA, a cidadania passa a ser o princípio norteador; a legislação deixou de responder às “situações irregulares” e passou a considerar que as crianças e adolescentes devem contar com a proteção integral, para que seu desenvolvimento e amadurecimento sejam plenos e a família tem papel muito importante neste processo.

A Doutrina da Proteção Integral significa um grande avanço na formulação de políticas públicas na área de crianças e adolescentes, pois exige de cada um dos cidadãos, do poder público e da sociedade que coloquem crianças e adolescentes como prioridades de suas ações e preocupações. Prioridade e preocupações integrais, o foco das ações atencões de cada pessoa ou instituição que entra em contato com uma criança ou adolescente, tem a obrigação de protegê-la integralmente. A proteção integral, exige a atenção integral, ou seja, é o conjunto dos direitos que deve ser garantido. Todas as crianças e adolescentes tem direitos a todos os direitos e a Sociedade (família, comunidade e Estado) lhes deve um cuidado integral que lhes facilite/estime o desenvolvimento integral.

O cuidado integral significa a responsabilidade de disponibilizar a atenção integral a todas as crianças e adolescentes em todas as fases e aspectos de seu desenvolvimento, mantendo uma visão global das dimensões da vida das crianças e adolescentes.

Para atingir a proteção integral das crianças e adolescentes o ECA prevê os direitos fundamentais em cinco grandes áreas: vida e a saúde; liberdade, respeito e dignidade; convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte e ao lazer e direito à profissionalização e proteção ao trabalho.

A Constituição Federal ampliou bastante a competência e as responsabilidades das cidades e da comunidade, reduzindo o papel da União. A municipalização da política atendimento à criança e ao adolescente é prevista na Constituição Federal.

Os municípios passaram a ser responsáveis pela organização e manutenção dos serviços básicos nas áreas de saúde, educação, assistência social. A municipalização é uma forma de ampliar a democratização da sociedade brasileira porque descentraliza as decisões e permite a participação ativa da comunidade nos planos e gastos locais.

Sendo assim, o ECA adotou integralmente o princípio da municipalização ou seja, a idéia é que cabe aos municípios a coordenação local e a execução direta das políticas e programas destinados à infância e adolescência, em parceria com as entidades não-governamentais.

17. Caso seu programa, projeto ou prática já tenha participado do PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA anteriormente, qual a diferença que ele apresenta este ano em relação ao ano em que se inscreveu pela última vez?

Esta é a primeira vez que este projeto participa deste Programa

18. Qual é a mais significativa deficiência do programa, projeto ou prática?

A maior deficiência está em desenvolver e manter pessoas envolvidas nas atividades cotidianas do projeto nos níveis administrativos e técnicos.